

## **A Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo/RS e a construção de espaços de esperança na região<sup>1</sup>**

*The Articulation in Agroecology of the Rio Pardo Valley/RS and the construction of spaces of hope in the region*

**João Paulo Reis Costa**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul –  
Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7256-3513>

**Virginia Elisabeta Etges**

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6976-8363>

**Resumo:** A construção da Agroecologia no Brasil, no Rio Grande do Sul, e no Vale do Rio Pardo em particular, região economicamente dependente da produção de tabaco, conta desde 2013 com a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP. Fundada por entidades que trabalham com a Agricultura Familiar Camponesa e com a promoção da Agroecologia na região, conta atualmente com 21 entidades associadas. A partir de uma abordagem crítica, com ênfase na historicidade do processo de formação do espaço agrário e da modernização conservadora da agricultura no Brasil, destacamos o significado da Agroecologia, junto com o protagonismo das entidades e dos sujeitos que constituíram e seguem fazendo a AAVRP. Nesse contexto a AAVRP apresenta-se como uma possibilidade concreta de resistência na região e o conjunto de entidades que a integram constituem “Espaços de Esperança”, pela produção de alimentos saudáveis da Agricultura Familiar Camponesa e pela promoção da Agroecologia.

**Palavras Chave:** Agroecologia. Articulação em Agroecologia. Resistência. Espaços de Esperança.

**Abstract:** The construction of Agroecology in Brazil, in Rio Grande do Sul, and in Vale do Rio Pardo in particular, a region economically dependent on tobacco production, has since 2013 been supported by the Articulation in Agroecology of Vale do Rio Pardo – AAVRP. Founded by entities that work with Peasant Family Agriculture and the promotion of Agroecology in the region, it currently has 21 associated entities. From a

<sup>1</sup> Esse artigo é baseado em: COSTA, João Paulo Reis. A articulação em agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP/RS: a agroecologia como possibilidade de existência e resistência na construção de "espaços de esperança" na região do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: Tese de doutorado. 2019. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virginia Elisabeta Etges.

Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2564>

critical approach, with emphasis on the historicity of the process of formation of the agrarian space and the conservative modernization of agriculture in Brazil, we highlight the meaning of Agroecology, along with the protagonism of the entities and subjects that constituted and continue to make the AAVRP. In this context, the AAVRP presents itself as a concrete possibility of resistance in the region and the group of entities that integrate it constitute “Spaces of Hope”, for the production of healthy food from Peasant Family Agriculture and the promotion of Agroecology.

**Keywords:** Agroecology. Articulation in Agroecology. Resistance. Spaces of Hope.

## Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a Agroecologia praticada e vivenciada na região do Vale do Rio Pardo/RS por Agricultores/as<sup>2</sup> Familiares Camponeses e entidades que trabalham nessa perspectiva, vinculados à Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP. Tendo em vista a hegemonia do cultivo do tabaco na região, a Articulação em Agroecologia expressa a resistência de Agricultores/as Familiares Camponeses da região, na construção de “Espaços de Esperança”, pela produção de alimentos saudáveis e organização de atividades conjuntas de promoção da Agroecologia.

A partir da premissa de uma “Pesquisa Participativa / Participante / Ação”, foi possível e necessário dialogar com uma perspectiva crítica, partindo de uma concepção básica, a da historicidade, trazendo o protagonismo das entidades e sujeitos que as representam e as constituíram e seguem fazendo a AAVRP no seu dia a dia de articulação regional. Pois “o deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. (...) trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza”. (NUNES, 2005, p. 01).

Essa pesquisa-ação foi realizada em um espaço de interlocução na qual os sujeitos implicados no estudo participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Portanto, “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 1994, 16). Nesse espaço, os

---

<sup>2</sup> Usaremos ao longo deste artigo, a expressão sempre acrescida de gênero feminino, nesse caso Agricultores/as Familiares Camponeses/as, não por suposto modismo, mas para atribuir a devida relevância à atuação das mulheres nos diferentes campos de promoção da vida, bem como em seus movimentos organizados de Mulheres Agricultoras, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

pesquisadores, extensionistas e consultores exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados.

As pesquisas participantes atribuem aos agentes populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa. (BRANDÃO, 2007, p.53).

Além desta introdução, o artigo traz um breve histórico da concentração da terra no Brasil, desde o início da colonização portuguesa, passando por quatro séculos de exploração do trabalho escravo até o início do século XX, com o advento da industrialização do país. Segue destacando o processo de modernização conservadora da agricultura, também conhecida como “Revolução Verde”, em que a transição de um Campo “atrasado” para um Campo “moderno” passa pela figura literária do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. A Agroecologia adquire destaque à medida em que articulações e organizações da sociedade civil trazem à tona o debate dos impactos ambientais de uma agricultura monocultora, de grande escala e extremamente predatória do meio ambiente. É nesse contexto que surge a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, tema central do artigo.

### **Um breve histórico da concentração da terra no Brasil**

Oficialmente, o Brasil é “descoberto” em abril de 1500, porém, só vai ser colonizado a partir de meados do século XVI por Portugal, que estava mais preocupado com a rentabilidade da revenda das especiarias das Índias para uma Europa “insossa” de sabores, do que uma ocupação territorial efetiva na América ou aquela que seria sua maior colônia logo adiante. Iniciada a colonização, a ocupação do que viríamos chamar de Brasil, vem acompanhada de um processo de dizimação de nações indígenas em todo o seu território. Nesse mesmo século XVI, é introduzido o africano escravizado, fazendo com que o Brasil se tornasse uma potência escravocrata por mais de três séculos.

A ocupação da terra por portugueses e séculos depois, por “nacionais” privilegiados da/e pela corte, vai dar origem ao latifúndio no país, iniciado com a divisão linear do território, simbolizado pelas Capitânicas Hereditárias e levado a cabo mais tarde, com a instituição das Sesmarias, chaga essa que ainda perdura em boa parte do território nacional em dias de hoje, fazendo com que o Brasil tenha uma das maiores concentrações de terra do mundo. “Os números atuais mostram que quase 4 milhões de camponeses permanecem sem-terra no Brasil, em um território com 66 mil latifúndios, que representam 175 milhões de hectares” (VIGNA, 2018, p. 08).

Com o processo de independência no primeiro quarto do século XIX, por meio de D. Pedro I, os privilégios da elite, já brasileira, se mantêm às custas da escravidão, disseminada de norte a sul. No sul do Brasil, a colonização vai se fazendo com imigrantes europeus (germânicos e itálicos, principalmente), que começam a ser incorporados ao território nacional, visando a ocupação do território e o “branqueamento” da população brasileira. Com o fortalecimento dos militares, durante a campanha na Guerra do Paraguai (1864-1870), estes tomam o poder em novembro de 1889, pelas mãos de Marechal Deodoro da Fonseca. O Campo brasileiro cumpriria uma nova agenda nesse contexto político de transição do Império para a República, num Brasil que já mirava um processo de urbanização da sociedade e, por consequência de sua economia, até então basicamente primária.

Porém, em meio a golpes sobre golpes que marcam a política brasileira desde a sua origem, juntamente com um contexto sociopolítico complexo, entre revoltas e levantes de norte a sul, o país entra no século XX com uma República cambaleante e militarizada, desembocando em 1930 num governo de 15 anos de duração (quase metade dele sob a ditadura do Estado Novo), liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas, apoiado por grande parte da elite mineira e por setores da elite nordestina, num golpe que grande parte da literatura historiográfica denomina de “Revolução de 1930”.

Com Getúlio Vargas o Estado brasileiro passa para a “modernidade” que o século XX impunha, tal como universalização do ensino, voto universal, direitos trabalhistas, fomento à indústria nacional de base, entre outros aspectos. Nesse período, tem início um intenso processo de urbanização da população, levando Agricultores/as e demais moradores do Campo brasileiro a se deslocarem para os principais centros urbanos do país. O lema era “modernizar” o país, com a indústria de base, de forte apelo urbano, associando a crescente taxa de urbanização ao progresso e à modernização do país, em detrimento de um Brasil rural, representante de um Brasil “atrasado” e “antigo”, narrativa ainda presente em nosso cotidiano.

Modernizar torna-se um imperativo ao estatismo que então se inaugurava sob a operacionalização do planejamento econômico. Promovendo a modernização de forma centralizada, de cima para baixo, sob o pacto do Estado com elites econômicas, ela se processou como uma modernização conservadora, marcando profundamente a dinâmica evolutiva da formação do território no país, alçando o objetivo nacional acima dos interesses de classe. Ela se constituiu no eixo básico de formação do Brasil moderno, cuja construção se tornou “a meta de todos os governos a partir de Vargas”. (BAGGIO, 2014, p.163).

O Brasil, principalmente depois a II Guerra Mundial (1939-1945), após a adesão aos países aliados (Inglaterra, França, URSS e destacadamente EUA), vencedores da grande Guerra, será aos poucos incorporado ao mercado mundial das *commodities*, com

a exploração de minérios e o incremento das atividades agropecuárias, num processo de modernização da agricultura, por meio de uma série de ações de estado e de investimentos de grandes indústrias de maquinários e de adubos sintéticos, importadas dos EUA e da Europa. A esse processo tecnológico-cultural, que vai ditar os rumos da agropecuária mundial, dá-se o nome popular de “Revolução Verde”, com desdobramentos cruciais ao longo da segunda metade do século XX na história do Campo no Brasil.

Centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller...) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, trigo, milho e soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivos correspondentes. Nos anos de 1960-70 as difusões dessas variedades e desses métodos permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, América Latina e África (seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial e estrito controle da água) [...] recebeu o nome de Revolução Verde. (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 500).

Essa inserção do Brasil nesse processo de industrialização da agropecuária se deu aos poucos e não se restringiu à transferência de tecnologia e à implementação de uma “nova agricultura” somente. Pois, com um nível de analfabetismo alto e com resquícios muito fortes dos quase quatro séculos de escravidão, em que se praticava uma agricultura exportadora de culturas basicamente demandantes de mão de obra braçal, de larga escala (algodão, café, cacau, charque, açúcar...) era preciso, com o emergir do século XX, produzir trabalhadores aptos a seguirem essa cartilha “modernizante” e implementar os pacotes tecnológicos oferecidos pelas grandes empresas do setor.

Por isso, a parceria entre o Estado e as grandes empresas do ramo agropecuário mundial foi muito importante para que o Brasil ingressasse nessa nova lógica produtiva excludente que, cada vez mais, vem acirrando os conflitos agrários, que já dizimaram tantas lideranças. Em 2016, conforme a CPT (Comissão Pastoral da Terra), por exemplo, “houveram no Brasil 1.295 conflitos de terra, envolvendo 686.735 pessoas. Conflitos trabalhistas no Campo foram 69, com 753 pessoas envolvidas e conflitos por água foram 172, num total de 222.355 pessoas atingidas. Assim, chegamos ao montante de 1.536 conflitos no Campo brasileiro, envolvendo 909.843 pessoas, registrando nesse ano 61 assassinatos”. (CANUTO, LUZ, ANDRADE, 2016, p.29- 73). Números esses que seguem crescendo em 2017, com o aumento de 15% no número de assassinatos.

Assim, o Campo brasileiro, dominado pelo poder do latifúndio, hoje reposicionado pela força do agronegócio, ainda traz um discurso que tenta justificar essa violência, evocando uma narrativa extremamente conservadora, trazida à tona em nova roupagem, fantasiada inserção ao “mundo moderno”. Preconiza, assim, a

implementação de um “processo civilizatório” e seria “enquadrado” na perspectiva modernizante do século XX e XXI, da agropecuária industrial, que mais tarde, pós Revolução Verde, passaríamos a denominar agronegócio, destacadamente a partir da década de 1970, com forte consolidação após os anos de 1990, numa tentativa de mononarrativa acerca do Campo brasileiro.

Os avanços tecnológicos aplicados ao K são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (CANUTO, 2004, p.03)

### **Um Jeca Tatu ainda vivo no Campo Brasileiro**

No âmbito cultural, a transição de um Campo “atrasado” para um Campo “moderno”, passa pela figura literária do decadente Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que daria espaço ao Jeca empreendedor, que consegue, através da profilaxia do Biotônico Fontoura, sanear suas necessidades sanitárias e dar perspectivas modernas ao Campo, sem debate algum sobre o porquê das condições precárias de vida desse sujeito.

Eis uma das “contribuições” de Monteiro Lobato com três obras que podem ser fundantes desse imaginário popular sobre do Campo da Agricultura Familiar no Brasil, tão vivo até hoje: *Velha Praga* (1914)<sup>3</sup>, *Urupês* (1918)<sup>4</sup> e *Jeca Tatuzinho* (1927)<sup>5</sup>. Nosso tripé nacional de subjugação e estigmatização dos sujeitos do Campo, por meio do preconceito, do estereótipo do “roceiro”.

Podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito

---

<sup>3</sup> Em *Velha Praga*, inicialmente publicado como conto avulso no jornal “O Estado de S. Paulo” em 1914, Monteiro Lobato “denuncia a prática agrícola da queimada por parte do caboclo, sujeito rude que não contribuía para uma modernização agrícola do Brasil. Estava gestando aí a figura do Jeca Tatu, mais tarde publicado no conto *Urupês*, em 1918.

<sup>4</sup> No livro de nome “*Urupês*”, de 1918, Monteiro Lobato dá vida a um dos seus maiores personagens: Jeca Tatu, um caboclo, que representava toda a impossibilidade do Brasil se modernizar, por representar o atraso da agricultura brasileira, ainda embasada em hábitos como a queimada. História essa narrada no último conto dessa obra homônima. (LOBATO, 1994).

<sup>5</sup> O livro “*Jeca Tatuzinho*” publicado como “almanaque” do Biotônico Fontoura, vai ser uma “cartilha”, uma espécie de peça publicitária, que visa alcançar o público infantil. Abordando através de imagens que caracterizam o Jeca Tatu, trazendo vários elementos de sua fraqueza física e moral, podendo isso ser redimido através do consumo do “fortificante” Biotônico Fontoura. Vai ser uma das maiores tiragens editoriais do Brasil.

é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p.06).

Em “Velha Praga”, há a denúncia de uma prática agrícola predatória e em confronto com a modernidade agrônômica. Em “Urupês”, já dando origem ao Jeca, condenando-o pela raça e assim de certa forma, responsabilizando-o pelo fato de o Brasil não figurar entre as nações mais desenvolvidas economicamente e, por fim, em “Jeca Tatuzinho”, a vinculação à distribuição do “fortificante” Ankilostomina Fontoura, mais tarde conhecido como Biotônico Fontoura, considerada uma das obras de maior tiragem editorial brasileira, ultrapassando as 100 milhões de cópias ainda em 1982.

Nesse contexto, as populações do Campo, especialmente Agricultores/as Familiares Camponeses parecem ser sintetizadas nesse personagem Lobatiano, coisificado numa mera representação preconceituosa, muito comum quando nos referimos a grupos sociais marginais como esse. Assim, “(...) poderíamos considerá-los como sendo aqueles grupos que têm certas limitações em seus direitos reais de cidadania e pelas quais não podem participar de forma estável no processo econômico, nem na possibilidade de alcançar uma mobilidade social vertical ascendente”. (PEREIRA, 1978, p. 145-146).

**Figura 1 - Jeca Tatu em duas fases**



Fonte: LOBATO, 1924. Figura adaptada pelos autores.

Por isso, uma série de ações dará origem a várias entidades que vão fazer esse trabalho de “capacitação e treinamento” dos homens e mulheres do Campo brasileiro para essa nova perspectiva de trabalho na agricultura. Relação que normalmente define quem “sabe” e quem “não sabe” nessa história. Eis que “a comunicação verdadeira, não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão de conhecimento de um

sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. Esta é uma comunicação que se faz criticamente”. (FREIRE, 1983, p.47).

Reconhecer o protagonismo dos/as Agricultores/as na garantia da vida, pela produção de alimentos, constitui-se num processo desafiador. Trata-se de descolonizar os saberes e entender que existe um processo de construção desses saberes, nas suas múltiplas possibilidades e experiências vividas, de um reconhecer-se como sujeito, como quem sabe aquilo que faz, porque e como faz, trazendo nessa ação uma ancestralidade e uma intergeracionalidade, importantes para a construção do saber agroecológico, como ensina Freire.

“Muito bem”, disse em resposta à intervenção do camponês. “Aceito que eu sei e vocês não sabem. De qualquer forma, gostaria de lhes propor um jogo que, para funcionar bem, exige de nós absoluta lealdade. Vou dividir o quadro negro em dois pedaços, que irei registrando, do meu lado e do lado de vocês, os gols que faremos, eu em vocês; vocês, em mim. O jogo consiste em cada um perguntar algo ao outro. Se o perguntado não sabe responder, é gol do perguntador. Começarei o jogo fazendo uma primeira pergunta a vocês”.

A essa altura, precisamente porque assumira o “momento” do grupo, o clima era mais vivo do que quando começáramos, antes do silêncio.

Primeira pergunta:

- O que significa maiêutica socrática?

Gargalhada geral e eu registrei meu primeiro gol.

- Agora cabe a vocês perguntar a mim - disse.

Houve uns cochichos e um deles lançou a questão:

- Que é curva de nível?

Não soube responder. Registre um a um.

- Qual a importância de Hegel no pensamento de Marx?

Dois a um.

-Para que serve a calagem no solo?

Dois a dois. (...)

Assim, sucessivamente, até chegarmos dez a dez.

Ao me despedir deles lhes fiz uma sugestão: Pensem no que houve nesta tarde aqui. Vocês começaram discutindo muito bem comigo. Em certo momento ficaram silenciosos e disseram que só eu poderia falar porque só eu sabia e vocês não. Fizemos um jogo sobre saberes e empatamos em dez a dez. Eu sabia dez coisas que vocês não sabiam e vocês sabiam dez coisas que eu não sabia. Pensem sobre isto. (FREIRE, 1992, p.24-25).

## **A Revolução Verde e a modernidade anunciada**

Nesse contexto de século XX, a “Revolução Verde” avança principalmente no plano da cultura, intensificando-se a partir de 1950, patrocinada pelas grandes empresas do setor agrícola (máquinas e implementos, agrotóxicos, insumos sintéticos, sementes). Com seus técnicos a campo, intensificou-se a difusão de um conhecimento “científico” e “moderno” das cartilhas, em detrimento de um conhecimento secular que os agricultores traziam de gerações. Com o passar desses anos, a produção sem agrotóxicos, que garantia a existência de Agricultores/as Familiares, foi representando



um passado arcaico, tornando-se um empecilho para a modernização da agricultura brasileira.

Desde a década de 50, com a introdução da Revolução Verde no país, vem sendo disseminada uma compreensão do que seja desenvolvimento rural, entendido como intensificação da atividade agropecuária, utilizando insumos modernos, máquinas e agrotóxicos, visando alta produtividade e produção em larga escala, voltada basicamente para o mercado externo. (ETGES, 2001, p.13).

Uma série de ações e programas elaborados pelo Estado Brasileiro, pela iniciativa privada e através de parcerias público-privadas, vão preparar o terreno para a implantação da “Revolução Verde” no Brasil, passando pela assistência técnica aos Agricultores/as Familiares, oferta de crédito, ações de assistência social, educação e saúde. Era um conjunto de entidades e práticas que, articuladas, “capacitariam” os/as Agricultores/as Familiares, trabalhadores/as do Campo brasileiro a estarem aptos a manejar os “pacotes tecnológicos” das empresas em questão, de acordo com as orientações técnicas das empresas e/ou órgãos de assistência técnica.

**Quadro 1 - Quadro de ações vinculadas ao conceito de “Revolução Verde” desenvolvidas no campo brasileiro entre 1945-1976**

Ano	Programa	Definição/Natureza
1945	CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
1948	ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
1952	CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
1955	SSR	Serviço Social Rural
1956	ABCAR	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
1956	DENERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
1958	ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA
1963	PIMPOA	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Agrícola
1965	CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
1967	MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
1976	PRODAC	Programa Diversificação de Ação Comunitária
1976	SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Fonte: CALAZANS, 1993 – Organizado pelos autores

Foi sem dúvida nenhuma um “show” de siglas a “invadir” o Campo brasileiro, para trabalhar com as populações do Campo, juntamente com o fortalecimento das escolas técnicas espalhadas pelo país afora, formando técnicos em agropecuária, que instrumentalizariam a difusão dessas novas técnicas, tecnologias e formas de fazer a agricultura. Junto a isso, o grande número de agrônomos e veterinários brasileiros que

foram fazer intercâmbio, principalmente nos EUA, passa a ser outro elemento que vai solidificar “cientificamente” a Revolução Verde no Brasil e a entrada do país nessa nova perspectiva de produção agropecuária.

A intensificação da agricultura para exportação tornou-se imperativa para a modernização. O equipamento comprado no exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência, e assim a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras [...] uma comparação entre elementos dispares da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda. (SANTOS, 2003, p. 31).

Assim, incorporado a essa matriz produtiva moderna, em fins dos anos de 1970 sobretudo, consagra-se o “novo rural brasileiro”, através da expansão da fronteira agrícola brasileira. Vai ser a nossa “Marcha para o Oeste”, à qual principalmente agricultores descendentes de imigrantes europeus do sul do Brasil vão se lançar, impulsionados por políticas de Estado durante a ditadura civil-militar (1964-1985), aos estados do Centro-Oeste e Norte do Brasil, ocupando áreas ditas “desabitadas” e como destino o processo de “confinamento” dos povos indígenas amazônicos no território nacional, estabelecendo assim a nova fronteira agrícola no país. Tudo “justificado pela capacidade de exportação de *commodities* do agronegócio, números que colocados soltos parecem ser a “salvação do Brasil”, o que não é verdade, como aponta Dowbor, no seu último livro.

No Brasil, as exportações não constituem nem de longe o principal motor da Economia. Cerca de U\$200 bi de exportações, equivalentes a cerca de R\$600 bi, representam 10% do PIB (...) somos uma economia vinculada ao mercado interno (...) os preços das commodities (*Commodity Price Index*) por exemplo, caíram 21,14% nos 12 meses de abril de 2015 a abril de 2016, e as nossas exportações dependem muito desses produtos. Aqui, não há muito o que possamos fazer, pois se trata da evolução do mercado mundial. Inclusive as atividades para exportação, continuam firmes em termos de produção e volume, mas o que rendem hoje é muito menos. A monocultura da exportação, ao igual da mineração em grande escala, gera poucos empregos, e, portanto, tem um efeito limitado de dinamização pela demanda. Não é daí que virá a salvação da ladeira. (DOWBOR, 2017, p. 188-189)

Esse debate comprova o quão arcaico é esse setor da sociedade brasileira, que tem na narrativa majoritária desses representantes do agronegócio uma compreensão que expõe uma grande contradição em que, por um lado, são defensores ferrenhos de uma inserção cada vez mais profunda do Brasil numa lógica capitalista mundial, que submete e tira cada vez mais a autonomia dos/as Agricultores/as Familiares Camponeses em relação ao seu trabalho e à sua propriedade; e por outro, se opõem à Reforma Agrária, para manter os privilégios do latifúndio, que não dialoga em nada com a lógica modernizante adotada por países centrais do capitalismo mundial.

Ademais, a participação potencial do consumo de plantas transgênicas (e agrotóxicos associados) nas explosões dos casos de novas alergias e mesmo em processos de intolerância alimentares, concretizada por ações sinérgicas em reações imunológicas cruzadas, não é analisada pelos tomadores de decisão. Enquanto isso, os casos de novas alergias e intolerâncias assumem proporção de pandemia, paralelamente à expansão das lavouras e dos alimentos geneticamente modificados. (FERMENT, 2015, p.388).

Frente a esse conservadorismo histórico, que entende o Campo brasileiro numa perspectiva homogeneizada pelo agronegócio, como se essa fosse a única premissa existente, os tempos atuais, nessa conjuntura vão exigir ainda mais a organização e a articulação das entidades que trabalham com Agroecologia e que ao longo dos tempos vem construindo esse conceito, na defesa da Agricultura Familiar Camponesa, na construção de pautas e agendas conjuntas, na busca de fortalecer o Campo, responsável pela produção de alimentos que vão à mesa dos/as brasileiros/as todos os dias, que conserva o que resta das matas, bem como a água, a fauna e flora rica e diversa do país.

A Agroecologia aparece pela primeira vez em 1928 na definição de Bensin, um agrônomo russo que fazia referência ao uso dos princípios da ecologia na agricultura. No ano de 1965, o ecologista e Zoologista Alemão Tischler, após publicar vários artigos usando o termo Agroecologia, é o primeiro a publicar um livro com o título Agroecologia. Ele analisou os diferentes componentes, como solo, clima, plantas, animais e suas interações com os agroecossistemas, e também os impactos da agricultura no manejo agrícola em todos esses componentes. Entre as décadas de 1930 e 1960, os trabalhos sobre Agroecologia começam a ser publicados, ainda dispersos entre pesquisadores Italianos, Russos, Ingleses, Alemães e Franceses. (ZANELLI, 2015, p.48).

A Agroecologia pontua um campo paradigmático em contraposição à lógica da Agropecuária Industrial, da produção em larga escala, que não reconhece o território na sua diversidade. Constitui-se enquanto uma sistematização histórica de reflexões e de vivências e ganha espaço entre os movimentos sociais, entidades que trabalham com Agricultura Familiar, bem como na academia, com dissertações, teses e artigos de grande relevância, justamente por questionar uma lógica de ciência hierárquica, que via de regra, exclui grupos sociais inteiros desses espaços acadêmicos.

Valendo-se de expedientes que envolvem a consciência da população brasileira, unificando pautas de movimentos sociais, pesquisadores universitários, escolas, sindicatos e entidades que trabalham com a Agricultura Familiar Camponesa, vêm se organizando enquanto coletivos, articulados por redes operativas. Destacam-se cooperativas e associações de agricultores, grupos de feirantes, ONGs, enfim, movimentos que já denunciavam a tônica do desenvolvimento propagado na segunda metade do século XX, a partir da industrialização e da concentração dos trabalhadores

nas grandes cidades do país, propagandeados pelos governos militares e pelas empresas que se beneficiavam da oferta de mão-de-obra barata.

Ao longo de todo o século XX a sociedade mundial acreditava piamente na irreversibilidade do modelo propagado pelos países que lideravam o processo de acumulação hegemônica (...) havia uma receita, bastava segui-la, de forma submissa e obediente que em pouco tempo o tão sonhado desenvolvimento bateria a porta! Vivia-se o período marcado pelo regime de acumulação fordista/fossilista, o qual anunciava que o desenvolvimento viria na esteira da industrialização e da urbanização (...) a fórmula mágica não funcionou e o desenvolvimento não veio. Ao contrário, as diferenças sociais, tanto intra quanto internacionais, só fizeram aumentar, condenando populações inteiras à desnutrição e à morte em decorrência da fome e da miséria. (ETGES, 2005, p. 49).

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, começa a se desenvolver no Brasil o conceito de “Agricultura Alternativa”, já sinalizando para a prioridade da produção de alimentos, porém, sem o uso nenhum tipo de fertilizantes sintéticos ou agrotóxicos. Surgia, aos poucos, uma crítica dura ao modelo de agricultura convencional (a assim denominada agricultura que se faz à base de sintéticos, transgênicos e agrotóxicos) e a grande dependência que os Agricultores/as Familiares, têm frente às grandes empresas transnacionais de insumos para agropecuária, as quais obtêm lucros fantásticos anualmente, estando o Brasil sempre figurando na lista dos países que mais consome agrotóxicos, no mundo.

O Brasil é um destes países que poderia se caracterizar como um “mercado menos restritivo” para usar uma expressão cautelosa que substitui o termo permissivo (...) Um dado fundamental a este respeito é que no Brasil tem-se 504 ingredientes ativos com registro autorizado, ou seja, de uso permitido. Entretanto, destes, mais de uma centena deles são proibidos na União Europeia, precisamente 149. Portanto, 30% de todos os ingredientes Ativos (agrotóxicos) utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia. Exemplo dessa permissividade é o ingrediente Ativo Acefato, que ocupa o 3º lugar na lista de ingredientes mais vendidos. Este ingrediente Ativo, Acefato, passou por um processo de avaliação pelo Ministério da Saúde, no Brasil, por meio da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). (BOMBARDI, 2017, p.39).

### **Fragmentos de resistência: Agroecologia acontecendo**

À medida que a modernização conservadora da agricultura avança, as articulações e organizações da sociedade civil trazem à tona o debate dos impactos ambientais de uma agricultura monocultora, de grande escala e extremamente predatória do meio ambiente. Nesse processo, a Agroecologia vai conquistar espaço no debate agrário nacional, bem como se firmar numa perspectiva diferenciada de pensar a Agropecuária Familiar Camponesa no Brasil, com uma série de entidades organizando ações, vivências, práticas de agricultores de sul a norte do país e sistematizando essas

ações, fortalecendo a compressão de que estes sujeitos não estavam sozinhos nessa forma de fazer e pensar a agricultura.

Agroecologia não é um tipo de agricultura. (...). Também não é uma ciência normal, pois é uma ciência que se situa no campo da complexidade. Como aconteceu com o desgaste da expressão desenvolvimento sustentável, atualmente, o mau uso da palavra Agroecologia e o uso comercial e marqueteiro desta palavra como se tem observado, exigem um cuidado epistemológico para evitar que se destrua o potencial transformador que esta ciência oferece para a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura, para estilos de agriculturas e desenvolvimento rural mais sustentáveis. Em Agroecologia não existem pacotes tecnológicos, mas princípios que podem ser adotados de forma articulada, orientados pela introdução de complexidade no redesenho de agroecossistemas, de modo que sua aplicação contribua para mais sustentabilidade. (CAPORAL, 2011, p. 120).

Um dos marcos mais importantes desse período foi o lançamento, em 1976, de uma obra paradigmática da literatura ecológica do Brasil e da América Latina, que ainda resiste ao tempo, dada a sua importância histórica. Trata-se do “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”, de José Lutzenberger, um dos principais ativistas ambientais do Brasil, tendo sido ministro do Meio Ambiente do governo Collor (1990-1992). Essa obra vai influenciar uma série de outros pesquisadores, intelectuais e ativistas do Brasil, do meio acadêmico em especial, para o debate das questões ambientais, ganhando alguns primeiros adeptos a essas reflexões que iam de encontro ao *modus operandi* de até então, dominado sem maiores resistências por profissionais, pesquisadores e professores universitários pró “Revolução Verde”.

Durante talvez dois milhões de anos, durante mais de 99% de sua história, a Espécie Humana praticou um estilo de vida semelhante ao que podemos hoje observar no coração do Continente Sul-americano, entre os últimos remanescentes de culturas indígenas que ainda não sucumbiram às agressões do homem que se diz civilizado. Neste modo de vida, vivendo da caça e da coleta, o homem se encontra perfeitamente integrado em seu ambiente natural, não tem os meios e, o que é mais importante, não tem a ambição de destruir o mundo natural do qual se considera apenas parte. (LUTZENBERGER, 1983, p. 53).

No meio acadêmico alguns intelectuais vão organizar reflexões questionadoras do modo de utilização da terra e os impactos ambientais que vinham sendo promovidos pela então “agricultura moderna” e pelo Estado brasileiro, com obras faraônicas (como por exemplo a rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Itaipu). Entre esses destacam-se: Adilson Paschoal da ESALQ-USP (SP), autor que teoriza o conceito de *Agrotóxico*, um marco relevante na agronomia brasileira, numa publicação do Centro Acadêmico Luiz de

Queiroz – CALQ em 1977, intitulado: Agroecossistemas com ênfase nos ‘Agrotóxicos’<sup>6</sup>, trazendo o conceito na publicação “Pragas, praguicidas e a Crise Ambiental: problemas e soluções”, publicada em 1979.

O termo agrotóxico tem origem do grego: ágnos (campo) e toxicon (veneno). (...). É o emprego de um vocábulo com todo o rigor exigido pela ciência e a exatidão terminológica exigida pelo nosso idioma. (...)O termo não é apenas etimologicamente correto, como também o é cientificamente (...). A expressão teve aceitação nacional e, em 1989, a partir da Lei Federal nº 7.802 tornou-se a nomenclatura correta para definir os produtos tóxicos utilizados na agricultura brasileira. (...) O termo “defensivo” é “o mais incorreto, ambíguo, utópico, vago e tendencioso”. Isso porque, etimologicamente, significa “próprio para a defesa”, mas não indica defesa de quem. Se é defensivo agrícola, então a defesa é da agricultura, não especificando tratar-se de substância tóxica para o controle de espécies daninhas. (GRIGORI, 2019, s/p).

Outra pesquisadora de renome internacional é Ana Maria Primavesi<sup>7</sup>, agrônoma da Universidade Rural de Viena, Áustria, foi professora na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (RS), mulher e militante da agricultura alternativa e ecológica, que recebeu o prêmio mundial da agricultura orgânica pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* - IFOAM. Primavesi também era agricultora, com inúmeros trabalhos realizados na sua fazenda em Itaí, no interior de São Paulo. Sua obra mais consagrada data também de 1979, “Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais” (PRIMAVESI, 1979), em que traz uma abordagem sistêmica, em pleno auge da revolução verde e seus pacotes de insumos sintéticos, uma obra de grande contribuição para construir uma base científica para o que viria a ser o movimento pela Agroecologia no Brasil.

O agrônomo Luís Carlos Pinheiro Machado – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, é outro pesquisador de grande relevância para a fundamentação da Agroecologia no Brasil. Foi presidente da EMBRAPA entre 1985 e 1986 e, em parceria com o filho Luis Carlos Pinheiro Machado Filho, produziu um importante conjunto de reflexões sobre a Agroecologia e seu processo de construção dialético. A obra “A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno”, se firma entre uma das obras de grande relevância sobre a Agroecologia brasileira, trazendo uma série de artigos que debatem a necessidade e as possibilidades de se produzir alimentos

---

<sup>6</sup> Aqui destacamos os trabalhos que abordamos no texto, “Agroecossistemas com ênfase nos Agrotóxicos” (PASCHOAL, 1977). E dois anos mais tarde “Pragas, praguicidas e a crise ambiental. Problemas e soluções” (PASCHOAL, 1979). Este último foi ganhador do Prêmio Ipês de Ecologia, concedido pela Fundação Getúlio Vargas, para trabalhos sobre ecologia no Brasil.

<sup>7</sup> Destacamos também a importante obra biográfica com uma série de elementos da vida pessoal e acadêmica de Ana Primavesi. (KNABBEN, 2016).

saudáveis, numa dura crítica ao agronegócio e à sua atuação na agropecuária brasileira. (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014).

O estudioso Sebastião Pinheiro ligado a UFRGS, vem nos últimos 50 anos num profundo engajamento junto aos movimentos sociais, segue percorrendo o Brasil em cursos e formações de fortalecimento da Agroecologia, denunciando a força e o poder do Agronegócio via transgenia e uso desmedido de agrotóxicos, explicitado na emblemática obra “A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil”, publicada em 1993, em parceria com Deoclécio Luz e Nasser Youssef Nasr.

Além destes, trazemos a essa reflexão o registro da importância para a formulação epistemológica da Agroecologia, o agrônomo João Carlos Costa Gomes da Embrapa, reconhecidamente um dos mais qualificados pensadores da Agroecologia no país. Sua reflexão teórica e metodológica sobre Agroecologia tem contribuído de forma decisiva para o aprofundamento do debate, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais. Costa Gomes alia esse estudo com o trabalho cotidiano junto a Embrapa Clima Temperado de Pelotas/RS, uma referência em Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.

Esses autores consagrados e tantos outros que não citamos nominalmente aqui, se misturam a um conjunto de entidades e de Agricultores/as Familiares Camponeses, que articulados Brasil afora promovem a Agroecologia, articulando ações, reforçando experiência de produção de alimentos saudáveis, fazendo um mosaico multicolorido nos quatro cantos do país, resistindo a uma lógica econômico-cultural que mercantiliza tudo e todos. Trata-se de uma resistência articulada, com diversos sujeitos e suas organizações, propondo um novo paradigma de desenvolvimento nas regiões, nos estados e no país como um todo.

A resistência exprime-se, necessariamente, de forma coletiva. Nesse movimento, introduz outro critério importante, o da consciência.; no movimento de revolta, o sentimento individual toma consciência de que é um sentimento coletivo, levando o revoltado a afirmar: “eu me revolto, logo nós somos”. Ou seja, só há resistência coletiva, jamais como expressão individual (...) a resistência implica ainda o ataque ao poder do ocupante (...) a resistência seria então, a fase avançada de uma oposição social e política que teve sucesso em se organizar e fixar objetivos (...). Resistir é tentar conservar o que o agressor quer mudar. Mas também é ruptura, é agir contra, é atacar a ordem política do ocupante”. (SÉMELIN, 1994, p. 60. Apud ROLLEMBERG, 2015 p. 84-85).

A história da construção da Agroecologia no país, e no Rio Grande do Sul em particular, denota uma perspectiva de uma nova possibilidade epistemológica, pois ao mesmo tempo em que evidencia a dimensão dos valores que foram se agregando nessa luta, reconhece a diversidade regional como potencialidade na promoção do desenvolvimento territorial.

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão; identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos em comuns à população envolvida. Pois “é preciso criar uma forma de representação da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova gestão do território seja gestada”. (ETGES, 2003, p. 68).

Provocamos aqui uma perspectiva de construção do saber, que dialogue com uma compreensão integradora e múltipla de saberes, rompendo com a estrutura hierárquica da compreensão de ciência que temos. Partimos de uma premissa que valoriza os saberes produzidos pela humanidade e que vão garantir a reprodução da vida ao longo dos séculos, propondo assim uma Ecologia de Saberes, que imprime legitimidade às elaborações humanas.

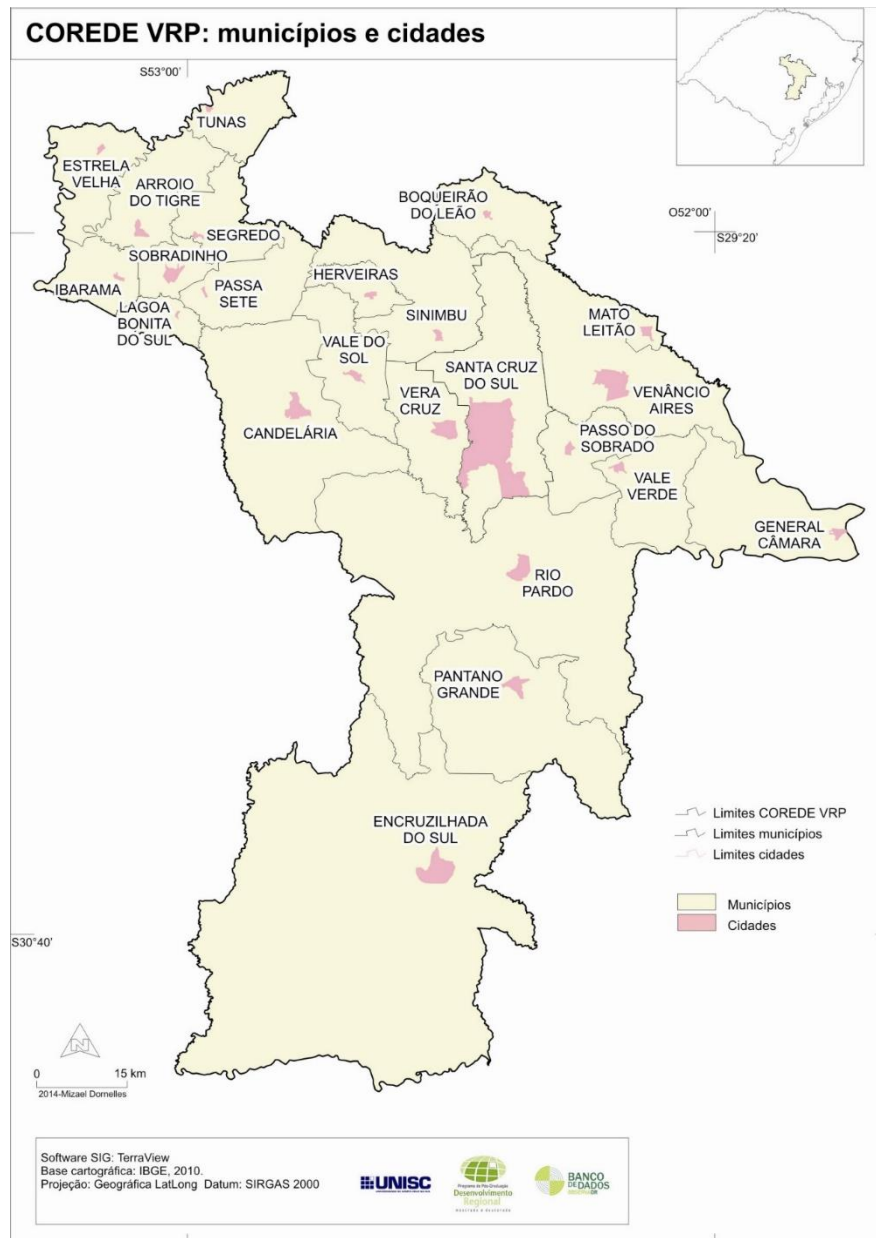
É possível caracterizar as linhas gerais para o pluralismo na ciência, na metodologia ou na epistemologia, que ajudam a indicar o caminho para a construção das bases epistemológicas na produção e circulação do conhecimento na Agroecologia. A pluralidade de perspectivas epistemológicas e metodológicas não pretende a supremacia de categorias sociais ou formas de conhecimento, não pretende abolir os especialistas e a ciência rigorosa; nem idealiza o “popular” como fonte de toda a bondade e sabedoria (...) O pluralismo não representa anarquismo ou ecletismo metodológico. (COSTA GOMES, 2011, p. 38-39).

### **O Vale do Rio Pardo se insere definitivamente no Movimento Agroecológico Brasileiro**

A região do Vale do Rio Pardo é composta atualmente por 23 municípios, conforme Figura 2.



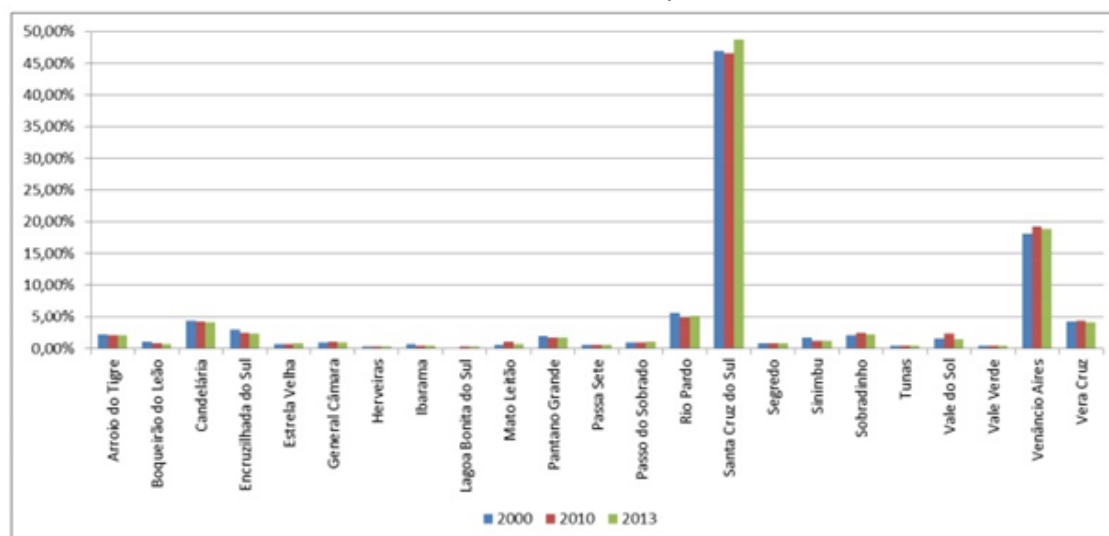
**Figura 2 - Mapa Político da Região do Vale do Rio Pardo**



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional, 2015.

Dentre esses municípios, Santa Cruz do Sul destaca-se como “polo regional”, concentrando boa parte dos órgãos de governo estadual e federal e concentrando a indústria fumageira, que tem forte presença na economia e no cotidiano regional. Além de ser o município com maior número de habitantes, apresenta também o maior PIB justamente por concentrar boa parte das empresas fumageiras e cigareiras e com isso concentra o protagonismo político na região, como se esta fosse feita basicamente de Santa Cruz do Sul.

**Figura 3 – Participação do PIB dos municípios do VRP sobre o PIB total do Corede VRP nos anos de 2000, 2010 e 2013**



Fonte: FEE Dados (2016), elaborado por ARENDT, et. al. 2019.

Assim nos reportamos às lutas em defesa do que hoje entendemos e construímos conceitualmente por Agroecologia, em nível de Brasil e RS, e de forma muito particular, na região do Vale do Rio Pardo, procurando analisar e compreender o conjunto vivo de entidades que trabalham há décadas por uma agricultura alternativa, ecológica e agora agroecológica, apesar desta região destacar-se por ser a maior produtora de tabaco no Brasil, utilizando fertilizantes sintéticos e agrotóxicos de forma intensiva em todas as etapas da produção. Por isso a produção de base Agroecológica vai se dar na “fresta” da produção convencional de tabaco e dos próprios alimentos na região, com grupos de Agricultores/as Familiares Camponeses ligados a várias entidades, fazendo sua transição à produção de base ecológica nas suas propriedades, enquanto a maioria segue na produção agropecuária convencional.

Esse território, tão marcado por uma narrativa hegemônica acerca da produção de tabaco, também apresenta Espaços de Esperança (HARVEY, 2015), em profunda contradição e, em alguns casos, em contraposição a essa hegemonia construída no Vale do Rio Pardo. Assim, a Agroecologia se põe numa perspectiva em que os territórios, formados por suas gentes e seus contextos amplos e diversos, possam articular “Espaços de Esperança”, como apontam David Harvey (2015) e Paulo Freire, uma Esperança absolutamente crítica e em movimento.

### É criada a AAVRP

Tendo na Agroecologia as possibilidades de resistência e uma proposição de uma agropecuária de base familiar, pautada pelo cuidado com a natureza, bem como a

articulação de forças que historicamente tem lutado por uma agricultura que produz alimentos saudáveis, entidades definem uma reunião nas dependências da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC, no dia 19 de setembro de 2013, às 14h em que se reuniram cerca de 25 pessoas de 10 entidades do Vale do Rio Pardo.

Nessa histórica reunião de setembro de 2013, estavam presentes as seguintes entidades que constituíram a AAVRP: EFASC, Comissão Pastoral da Terra - CPT, EMATER, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS- unidade de Santa Cruz do Sul, uma representação regional da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do governo estadual - SDR, Associação Planeta Vivo, Centro de Desenvolvimento de Jovens Rurais - CEDEJOR, sediado em Rio Pardo, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, Cooperativa ECOVALE, Núcleo de Agricultores Ecológicos de Santa Cruz do Sul, e Agricultores/as Familiares Camponeses de diversos municípios da região do Vale do Rio Pardo.

**Figura 4 -Fundação da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP**



Fonte: Elaborado pelos autores. (Acervo EFASC).

A AAVRP nascia de fato num campo muito fértil, como a Agroecologia pressupõe, diversa, de várias matrizes de compreensões, o que sempre desafia qualquer instituição dessa natureza, pois o diálogo tem de ser exercício e prática permanente, porque o “caldo cultural” é imenso. Diante de todo um conjunto de reflexões e avaliações feitas pelos/as participantes da reunião, se chegou à conclusão que seria de essencial importância a criação da Articulação, com o fim específico de articular as entidades, havendo a possibilidade de participações individuais também, embora todas as

convergências dessa nova entidade regional fossem calcadas na perspectiva da constituição de uma coletividade que construiria, de maneira organizada a Agroecologia na região, como ilustra a histórica Figura 5.

O fato de algumas das entidades que compõem a AAVRP terem vínculo institucional com o setor fumageiro, vide casos como das duas Escolas Famílias Agrícolas, o CEDEJOR, além da EMATER, que têm bom trânsito com o setor, devido às suas necessidades financeiras e de reconhecimento na região, torna o tema proposto ainda mais relevante. Esta constatação evidencia o grau de dependência da região em relação a esse setor, a ponto de entidades estarem vinculadas institucionalmente ao setor, para poderem viabilizar os primeiros esforços em prol da Agroecologia na região do Vale do Rio Pardo.

Eis aí um elemento central da Agroecologia: a busca por construir a emancipação das pessoas, em especial dos agricultores/as familiares, que individual e coletivamente, podem buscar soluções para seus problemas, compreendendo que o seu saber histórico, construído ao longo dos séculos, de conhecimento a respeito da biodiversidade é valorizado, uma vez que a biodiversidade, que faz parte do cotidiano dos agricultores, “é em essência, potencial de conhecimento, assemelhando-se a uma grande biblioteca da vida” (PERICO, 2005, p.90). São dessas experiências e organizações, que brotam outras possibilidades de desenvolvimento regional, preocupadas e respeitadas com o território e com a qualidade de vida das pessoas.

O sistema de produção que fez eu trocar, passar para a Agroecologia é a minha índole desde criança. Em mim também colocaram a ideia de que tinha de ser diferente, tinha que ser moderno, que tinha de usar toda a tecnologia na agricultura. Nós podemos usar uma técnica nova no nosso trabalho da Agroecologia, para produzir alimentos saudáveis, mas essa técnica vem do próprio agricultor, só tá na vontade das pessoas. Eu peço pras pessoas se conscientizar um pouco, estudar um pouco, se formar um pouco nessa área (da Agroecologia). (RODRIGUES, entrevista UniscTV, 2018).

Evidentemente que isso não quer dizer que não haja conflitos de interesses, porém, o exercício do debate e da organização dos agricultores em cooperativas e associações, vai formando as pessoas nas interações. Evidencia-se, assim, a constatação de que a dependência do setor fumageiro não é benéfica para a região como um todo, muito menos para os próprios agricultores familiares. “Temos um patrimônio de 40 anos de reflexões sobre os processos de estruturação dos espaços disputados entre agentes e sujeitos que forjam e transformam as estruturas, estratégias, campos e arenas de luta e de conflitualidade entre projetos sócio políticos distintos” (BRANDÃO, 2014, p.19).

Há um grande paradoxo nessa história (questão dos agrotóxicos). É cada vez maior a velocidade com que a humanidade avança em tudo o que faz, mas no caso da toxicologia, ocorre o inverso e cada vez é mais lento o processo por estar atrelado ao veneno. Nós que defendemos a prática de uma agricultura ecológica sempre fomos acusados de emocionais. A mesma acusação recaiu

sobre as pessoas preocupadas com as questões ambientais quando o tema ainda estava restrito a um pequeno grupo de “loucos” e “marginais” (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 145-146).

O que há em torno da Articulação é um núcleo de entidades que ainda não conseguem e talvez não conseguirão, pelo menos em curto e médio prazo, tratar a Agroecologia e a Produção Orgânica como centrais nas suas atuações, devido a inserção destas na Agricultura Familiar convencional, situações essas que em momento algum na AAVRP foram tratadas como contribuições menores dessas entidades, consideradas de suma importância para o seguimento da Articulação na região, justamente pela capilaridade e a prestação histórica de serviços à Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo, que hoje são 21 entidades, como mostra a Figura 6.

**Figura 5 - A Atual Composição da AAVRP**



Fonte: Acervo da EFASC - Organizado pelos autores, 2019.

Esse tem sido o entendimento acordado entre as entidades e pessoas que formam a Articulação, ou seja, de que a pluralidade das forças que compõem o trabalho com a Agricultura Familiar Camponesa no Vale do Rio Pardo seja a força dessa mobilização coletiva, o que vem permitindo que a AAVRP cresça, dinamizando as reflexões e diversificando as atividades propostas, reforçando a ideia da pesquisa junto aos seus membros, da necessidade de construir uma agenda coletiva na região.

### Considerações Finais

A Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo, vem cumprindo um papel muito importante na região, justamente por aproximar entidades diretamente envolvidas com a Agricultura Familiar Camponesa na região, colocando as agendas em consonância com o que acontece na região, no estado e no país, articulando atividades e comungando assim de compreensões que orientam as lutas em defesa da Agricultura Familiar Camponesa e na promoção da Agroecologia.

Uma evidência desse processo são os Seminários Regionais de Agroecologia – SERAs, realizados nos últimos cinco anos, juntamente com a criação do Curso de Bacharelado em Agroecologia pela UERGS/AGEFA, bem como a Especialização em Agroecologia e Produção Orgânica na UERGS, ambos já na segunda turma. Ainda os vários encontros de Sementes Crioulas feitos na região e as Semanas dos Alimentos Orgânicos, que têm tido significativo espaço na mídia, além de mobilizar a população no debate e na reflexão sobre a qualidade dos alimentos produzidos e consumidos na região.

Desta forma, a AAVRP vem ocupando um espaço de articulação, levantando debates precisos e necessários à região, tendo como propósito a promoção da Agricultura Familiar Camponesa e o fortalecimento da Agroecologia na região do Vale do Rio Pardo, de maneira propositiva e organizada, calcada no debate democrático e em ações coletivas.

**Agradecimento:** O primeiro autor foi agraciado com o Prêmio Vale Capes de Ciência e Sustentabilidade como melhor dissertação no grupo IV – Tecnologias socioambientais, com ênfase no combate a pobreza, em 2014, com a dissertação de Mestrado intitulada *Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC: Uma contribuição ao Desenvolvimento Regional no Vale do Rio Pardo a partir da Pedagogia da Alternância*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Santa Cruz do Sul - UNISC. O prêmio oportunizou a realização do Doutorado em Desenvolvimento Regional no PPGDR UNISC, por meio da concessão de uma bolsa CAPES, pelo que o autor manifesta sua gratidão.

## Referências

ARENDDT, Silvio C. *et. al.* Observando o desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo: Notas sobre as dinâmicas econômicas recentes. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.54, p.243, 2019.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. O território brasileiro em perspectiva: modernização e implicações socioespaciais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa/ MG, v. 14, n. 1, p.160-174, jan/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol14/artigo2evol14-1.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH / SP, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>>. Acesso em: 11 set. 2016.

CANUTO, Antonio. LUZ, Cassia Regina da Silva. ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

COSTA GOMES, João Carlos. As bases epistemológicas da Agroecologia In: AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

COSTA, João Paulo Reis. A articulação em agroecologia do Vale do Rio Pardo - AAVRP/RS: a agroecologia como possibilidade de existência e resistência na construção de "espaços de esperança" na região do Vale do Rio Pardo. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional), UNISC, 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**. Por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo? 2ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017, 315p.

ETGES, Virginia Elisabeta. A Região no contexto da globalização: O caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (orgs). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **REDES - Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 10, n.3, set/dez, 2005.

ETGES, Virginia Elisabeta. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. **Revista REDES - Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.8, nº1, jan/abr. 2003.

FERMENT, Gilles. MELGAREJO, Leonardo. FERNANDES, Gabriel Bianconi. FERRAZ, José Maria. **Lavouras transgênicas – riscos e incertezas: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. 450p. (Nead debate; 26).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª Edição. Data Publicação Original: 1891. Data da Digitalização: 2004.

GOMES, Antonio Carlos. A operacionalização do mercado institucional de alimentos no contexto do Vale do Rio Pardo: o caso da cooperativa Leoboqueirense de agricultores familiares. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, 2014.

GOMES, João Carlos Costa. As bases epistemológicas da Agroecologia. IN: CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná – Educação A Distância. Curitiba: 2011.

GREGORI, Pedro. Agrotóxico, veneno, defensivo? Entenda a disputa pelo nome desses produtos agrícolas. **Agência Pública**, Repórter Brasil, 24/01/19. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/01/agrotoxico-veneno-defensivo-entenda-a-disputa-pelo-nome-desses-produtos-agricolas/>> Acesso em: 15 out. 2018.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2015.

KNABBEN, Virginia Mendonça. **Ana Maria Primavesi**: Histórias de Vida e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LOBATO, Monteiro. **Jeca Tatuzinho**. Ed. Especial do Instituto “Medicamenta” Fontoura & Serpa, São Paulo, 1924, p. 05-13.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Ed. Revisada. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

LUTZEMBERGER, José. **Manifesto ecológico brasileiro**: fim do futuro? 3ª ed. Porto Alegre: Movimento e Edurgs.1983.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP. Brasília DF: NEAD,

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <[http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose\\_horta.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2016.

OBSERVADR – **Observatório do Desenvolvimento Regional**. 2015. Disponível em: [www.observadr.org.br](http://www.observadr.org.br) Acesso em: 12 ago. 2015.

PASCHOAL, Adilson. **Agroecossistemas com ênfase nos Agrotóxicos**. Departamento de Zoologia / Seminário de 1977 - ESALQ/USP. Piracicaba: Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, departamento editorial, 1977.

PEREIRA, Luiz (org). **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PINHEIRO, Sebastião. NASR, Nasser Youssef. LUZ, Deoclécio. **A Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

SÉMELIN, Jacques. **Qu'est-ce que “résister”?** Espirit, Paris, nº 198, jan. 1994.



SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

UNISCTV. Audiência Pública sobre o Impacto do uso de Agrotóxicos na Saúde, Meio Ambiente e Consumidor. **Unisc Notícias** – UNISCTV do dia 31/08/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0gVZq1fP3yl>> Acessado em 06 de setembro de 2018.

VIGNA, Anne. Aos cuidados dos proprietários de terra. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 11. Número 130. Maio de 2018. p.8

ZANELLI, Fabrício Vassalli. Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos. Viçosa / MG – BRASIL. **Dissertação** (Mestrado em Educação), UFV, 2015.

#### **Sobre os autores:**

**João Paulo Reis Costa** – Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional, Docente da Universidade Estadual do RS e da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC. E-mail: joao@efasc.org.

**Virginia Elisabeta Etges** – Mestre e Doutora em Geografia, Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: etges@unisc.br